



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
GABINETE DO PREFEITO

Of. nº 433/GP.

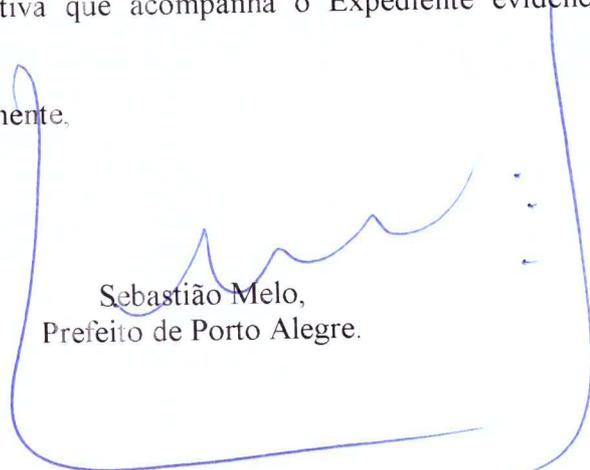
Porto Alegre, 12 de abril de 2021.

Senhor Presidente:

Dirijo-me a Vossa Excelência para encaminhar-lhe, no uso da prerrogativa que me é conferida pelo inc. VII do art. 94 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, o anexo Projeto de Lei Complementar, que Institui o Programa de Recuperação Fiscal – RecuperaPOA, a fim de ser submetido à apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal de Vereadores.

A justificativa que acompanha o Expediente evidencia as razões e a finalidade da presente proposta.

Atenciosamente,



Sebastião Melo,
Prefeito de Porto Alegre.

Excelentíssimo Sr. Vereador Márcio Bins Ely,
Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre.



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 004 /21.

**Institui o Programa de Recuperação Fiscal –
RecuperaPOA.**

Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal RecuperaPOA.

Art. 2º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a conceder redução da multa de mora, da multa por infração e dos juros de mora para pagamento ou parcelamento especial de créditos relativos a:

- I – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU);
- II – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN);
- III – Imposto sobre a Transmissão “inter-vivos” de Bens Imóveis e de direitos reais a eles relativos (ITBI);
- IV – Taxa de Coleta de Lixo (TCL);
- V – Taxa de Fiscalização de Localização e Funcionamento (TFLF); e
- VI – créditos de natureza não tributária inscritos em Dívida Ativa.

§ 1º A redução no valor da multa de mora, multa por infração e juros de mora obedecerá a gradação a seguir:

- I – pagamento à vista: 90% (noventa por cento);
- II – parcelamento em 2 (duas) a 6 (seis) parcelas: 70% (setenta por cento);
- III – parcelamento em 7 (sete) a 12 (doze) parcelas: 50% (cinquenta por cento); e
- IV – parcelamento em 13 (treze) a 60 (sessenta) parcelas: 40% (quarenta por cento).

§ 2º A redução na multa por infração prevista nos incs do § 1º deste artigo não é cumulativa com aquelas previstas no § 2º do art. 56 da Lei Complementar nº 07, de 7 de dezembro de 1973.

§ 3º Aplica-se o disposto no *caput* deste artigo aos contribuintes optantes do Simples Nacional, desde que tais valores tenham sido transferidos ao Município de Porto Alegre



para inscrição em dívida ativa e cobrança, nos termos do convênio firmado com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, conforme art. 41, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 3º O parcelamento especial previsto nesta Lei Complementar obedecerá aos valores mínimos de cada parcela e ao regramento estabelecido em decreto, podendo ser exigido débito em conta e, a depender do valor total dos débitos, definido quantidade máxima de parcelas.

Art. 4º A primeira parcela, a ser calculada pelo sistema, poderá ser diversa das demais e representará, no mínimo, 5% (cinco por cento) do saldo a ser parcelado no caso de parcelamento de créditos que já tenham sido parcelados anteriormente e que foram revogados por inadimplência.

Art. 5º O disposto nesta Lei Complementar aplica-se aos créditos:

I – não tributários, inscritos em dívida ativa até 30 de abril de 2021, considerados isoladamente, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior, ainda que cancelado por falta de pagamento;

II – tributários, considerados isoladamente, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior, ainda que cancelado por falta de pagamento, abaixo elencados:

a) as confissões de dívida de ISSQN com fatos geradores ocorridos até 30 de abril de 2021, recebidas até a data final do período de adesão ao RecuperaPOA;

b) os demais créditos tributários notificados até 30 de abril de 2021.

Art. 6º O parcelamento especial previsto nesta Lei Complementar não depende de apresentação de garantia, exceto quando já houver penhora no processo de execução fiscal, a qual ficará mantida até a quitação do parcelamento ou será convertida em renda em caso de penhora em dinheiro, com a consequente amortização do valor parcelado, conforme regulamento.

Parágrafo único. Ao aderir ao parcelamento o sujeito passivo firmará declaração anuindo com o levantamento pela Fazenda Pública de quaisquer valores penhorados ou depositados nos processos judiciais previstos no *caput* do art. 8º deste Lei Complementar, a fim de amortização total ou parcial dos débitos parcelados, garantindo-se ao devedor a devolução do excedente.

Art. 7º A opção pelo parcelamento especial de que trata esta Lei Complementar importa confissão irrevogável e irretroatável dos débitos em nome do sujeito passivo, nos termos dos arts. 389 e 395 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), condicionando-o à aceitação plena e irretroatável de todas as condições estabelecidas nesta Lei,



não importando em novação de dívida, e valerá como notificação do montante do seu débito para todos os fins de direito.

Art. 8º A adesão ao parcelamento especial previsto nesta Lei Complementar implica na desistência das reclamações e recursos administrativos que contestem os débitos incluídos no parcelamento, bem como das ações judiciais que tratem desses débitos, além da renúncia a quaisquer alegações de direito sobre a qual se fundem as referidas ações ou impugnações.

Parágrafo único. O sujeito passivo deverá assinar petição de extinção do processo com resolução do mérito, nos termos da alínea *c* do inc. III do *caput* do art. 487 do Código de Processo Civil, nos termos a serem estabelecidos em Decreto.

Art. 9º O crédito será consolidado tomando-se como termo final para cálculo dos acréscimos devidos na data da emissão do termo de adesão ao RecuperaPOA.

Parágrafo único. O valor consolidado resultará da soma do valor originário do tributo ou débito, das multas e dos respectivos acréscimos e encargos legais que forem devidos até a data da emissão do termo de adesão ao RecuperaPOA, conforme o art. 69 da Lei Complementar nº 7, de 1973, com a aplicação dos redutores previstos no § 1º do art. 2º desta Lei Complementar.

Art. 10. A data de vencimento da parcela única ou da primeira parcela ocorrerá em até 3 (três) dias úteis após a adesão ao RecuperaPOA, desde que dentro do respectivo mês, e as demais vencerão no último dia com expediente bancário de cada mês.

Parágrafo único. O não recebimento da guia de pagamento por entrega postal não desobriga do pagamento da parcela, devendo o sujeito passivo solicitar nova guia para a Receita Municipal, até o vencimento da parcela.

Art. 11. Os débitos com parcelamentos em vigor poderão ser parcelados nos termos do art. 2º desta Lei Complementar.

§ 1º A opção pelo parcelamento especial de débito já parcelado implicará:

I -- a desistência irrevogável e irretratável do parcelamento anteriormente concedido;

II -- a amortização dos valores pagos e o cálculo do saldo com encargos; e

III -- a consideração do sujeito passivo optante como notificado da extinção do referido parcelamento, dispensada qualquer outra formalidade, por mais favorável que seja.



§ 2º O valor das parcelas resultantes da aplicação das condições previstas no art. 2º desta Lei Complementar não poderá ser inferior ao valor da parcela do parcelamento em vigor.

Art. 12. A adesão ao parcelamento especial somente será perfectibilizada após o cumprimento dos requisitos legais e regulamentares e mediante o pagamento integral da primeira parcela no seu prazo de vencimento.

Art. 13. O parcelamento especial será rescindido:

I – em caso de atraso no pagamento integral, até as datas dos seus vencimentos, de 2 (duas) parcelas intermediárias;

II – em caso de descumprimento das demais obrigações previstas nesta Lei Complementar ou em decreto que a regulamente; ou

III – quando não quitado integralmente o saldo devedor do parcelamento especial até a data de vencimento da última parcela desse parcelamento.

§ 1º A rescisão do parcelamento especial prevista nos incs I a III do *caput* deste artigo implicará:

I – no restabelecimento dos acréscimos legais na forma da legislação aplicável, desconsiderando-se as reduções previstas no art. 2º desta Lei Complementar;

II – na exigibilidade imediata da totalidade do saldo do débito confessado; e

III – na continuidade da cobrança administrativa e judicial quando for o caso.

§ 2º A rescisão do parcelamento independerá de notificação prévia ao sujeito passivo.

Art. 14. As execuções fiscais cujos créditos forem objeto do parcelamento especial desta Lei Complementar serão suspensas até a quitação do parcelamento mantendo-se as penhoras já efetivadas, salvo as penhoras em dinheiro, que serão convertidas em renda em favor da Fazenda Municipal com a conseqüente amortização do valor parcelado, conforme regulamento.

§ 1º Serão devidos honorários advocatícios nos casos previstos no *caput* deste artigo bem como no caso de pagamento à vista equivalentes a 5% (cinco por cento) do valor parcelado ou pago, ou o que estiver fixado judicialmente, o que for menor, e serão pagos proporcionalmente, em cada parcela.



§ 2º Os honorários advocatícios envolvendo as ações autônomas diversas da execução fiscal e embargos à execução serão devidos e quitados na forma da legislação processual.

§ 3º O mesmo procedimento previsto no *caput* deste artigo, quanto a penhora em dinheiro, deverá ser observado em relação aos valores depositados em juízo com a finalidade de suspender a exigibilidade de créditos discutidos em ações judiciais que sejam objeto do parcelamento especial previsto nesta Lei.

Art. 15. Os pedidos de parcelamento especial ou de pagamento à vista, ambos com as reduções previstas no art. 2º desta Lei Complementar, deverão ser requeridos junto à Receita Municipal nos períodos definidos em decreto, sendo garantido um prazo mínimo de 20 (vinte) dias para a adesão.

Art. 16. Esta Lei Complementar será regulamentada por decreto, a ser publicado em até 10 (dez) dias da vigência desta Lei Complementar, aplicando-se subsidiariamente o Decreto nº 20.473, de 18 de fevereiro de 2020, e suas alterações.

Art. 17. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei Complementar reflete a sensibilidade do Governo Municipal em relação aos efeitos econômicos da pandemia do novo coronavírus sobre os contribuintes de Porto Alegre e a sua capacidade de pagamento atual. Os débitos em Dívida Ativa totalizam R\$ 2.314.883.739,72 em 28 de fevereiro de 2021, composto por R\$ 1,107 bilhão de ISS, R\$ 873,5 milhões de IPTU e TCL, R\$ 197,8 milhões de débitos não tributários, R\$ 212,1 milhões de ITBI e R\$ 15,3 milhões de TFLF.

Além dos R\$ 2,31 bilhões em dívida, há também cerca de R\$ 958 milhões de débitos do exercício ou já parcelados, totalizando R\$ 3,27 bilhões que podem ser negociados por meio do RecuperaPOA. A expectativa com o programa é viabilizar a negociação de R\$ 110,5 milhões.

Ainda que o Município de Porto Alegre seja referência nacional na recuperação de créditos, com retorno anual superior a 10% (dez por cento) sobre o estoque, o momento é propício para desencadear o programa. Haja vista que o benefício tributário inerente a esta lei deve estimular a regularização de débitos, com incremento de receita, não haverá renúncia, e, portanto, estão cumpridos os requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Destaca-se que não haverá renúncia fiscal por estar se propondo a redução parcial tão somente de juros e multa, sem haver redução no valor principal dos créditos. A redução de juros e multa na ordem de 90% (noventa por cento) para pagamento à vista e de 40% (quarenta por cento) a 70% (setenta por cento) para pagamento parcelado servem de incentivo para adesão ao RecuperaPOA. Com o incentivo, espera-se, principalmente, um incremento na arrecadação de valores que compõem o valor principal do IPTU/TCL que não vem sendo recolhidos, bem como o ingresso de valores que compõem o principal do ISSQN através de novas confissões de dívida dos contribuintes.

São estas, Senhor Presidente, as considerações que faço, ao mesmo tempo em que submeto o presente Projeto de Lei Complementar à apreciação dessa Casa, aguardando breve tramitação legislativa e a necessária aprovação da matéria.